

# A TRADUÇÃO DE *NOVAS CARTAS PORTUGUESAS* PARA ESPANHOL. TEXTO E CONTEXTO<sup>1</sup>

Elena Losada Soler  
Universidade de Barcelona

## RESUMO:

O artigo visa analisar a tradução de *Novas Cartas Portuguesas* para espanhol, publicada em Janeiro de 1976. A análise será dupla: dos aspectos tradutológicos e formais do texto e do contexto em que esta tradução se realizou, no período conturbado do final da ditadura franquista. O artigo contém em anexo o depoimento de Eduardo Butragueño, autor da tradução.

## ABSTRACT:

This article discusses the translation into Spanish of *New Portuguese Letters*, published in January 1976. The analysis of the translation will be twofold: it will focus on the translation and formal aspects of the text, and on the context in which this translation was made, in the final, troubled years of Franco's dictatorship. An interview with Eduardo Butragueño, the author of the translation, is included in annex.

## PALAVRAS-CHAVE:

*Novas Cartas Portuguesas*,  
história da tradução,  
crítica das traduções,  
história contemporânea  
de Espanha

>>

## KEYWORDS:

*New Portuguese Letters*,  
history of translation,  
translation criticism,  
Spain's contemporary  
history

## 1. O contexto

Há muito tempo que, felizmente, a tradução literária deixou de ser considerada um trabalho subalterno de mera translação de conteúdos gramaticais. Traduzir um texto literário é agora pensado como uma forma de reescrita, com a subsequente valorização da figura do tradutor como intermediário cultural, que marcará de maneira decisiva a imagem do autor na cultura de destino, como foi o caso das traduções para francês de Hegel que fez Augusto Vera, ou da versão em espanhol de Julio Cortázar das *Mémoires d'Hadrien*, de Yourcenar, ou das traduções dos romancistas russos para catalão, de Andreu Nin.

128>129

O percurso entre o texto-origem e o texto-destino não é apenas gramatical, é uma viagem cultural inserida num contexto histórico muito determinado, o que André Lefevere definiu como “transferência cultural”: “(...) el lenguaje como expresión (y depósito) de una cultura es un elemento en la transferencia cultural conocida como traducción” (Lefevere 1997: 77). O que Eduardo Butragueño fez na sua tradução para espanhol de *Novas Cartas Portuguesas* (Barcelona, Ed. Grijalbo, 1976)<sup>2</sup> foi exatamente isso, um percurso cultural entre duas situações históricas que, embora diferentes, apresentavam óbvios pontos em comum: o fim do salazarismo e o que os historiadores espanhóis chamam “tardofranquismo” (o período entre 1969, data da designação de Juan Carlos de Borbón como sucessor do ditador, e a morte de Franco, em 1975) e o início da “Transición” (entre a morte do ditador e a aprovação da nova Constituição democrática, em 1978). Se, como afirmou Lefevere, “(...) las reescrituras se producen al servicio, o bajo las limitaciones, de determinadas corrientes ideológicas y/o poetológicas (...)” (Lefevere 1997: 17-18), é óbvio que qualquer trabalho cultural num período tão delicado apresenta marcas históricas e sociais ainda mais claras. Dado o tradicional desinteresse pela literatura portuguesa manifestado pela cultura espanhola (talvez agora as coisas estejam a mudar para melhor), julgo que a tra-

dução de um texto como *Novas Cartas Portuguesas* teria sido impossível a não ser por esse momento histórico de especial “confraternização ibérica” que o 25 de Abril e a proximidade da morte de Franco propiciaram. Por esta razão, é importante contextualizar historicamente a publicação de *Novas Cartas Portuguesas* em Espanha, intimamente ligada, nas palavras do próprio tradutor, à situação política da época. As características do texto português – a crítica feroz à situação da mulher, mas, muito especialmente, as referências políticas à ditadura e à guerra colonial – tornavam *Novas Cartas Portuguesas* um texto potencialmente atraente para uma sociedade que estava a mudar, mesmo em vida de Francisco Franco. >>

De facto, a “morte” de Franco começara quando o atentado da ETA contra o almirante Carrero Blanco a 20 de Dezembro de 1973 pôs a descoberto de uma maneira diáfana as contradições e os medos de um regime na sua fase final, regime esse que tinha experimentado uma grave involução nesses últimos anos. É nesse período que tem lugar o processo de tradução das *Novas Cartas Portuguesas*, nomeadamente durante o primeiro semestre de 1975. A 20 de Novembro daquele ano morreu Francisco Franco, após três meses de lenta agonia hospitalar – durante a qual o aparelho do Estado ativou a “Operación Luce-ro”, o plano de emergência para controlar a segurança do regime – e depois de ter assinado as últimas penas de morte da ditadura, executadas a 29 de Setembro.<sup>3</sup>

Num estado de euforia e preocupação, Espanha aprestava-se para uma mudança global de enorme intensidade, nem sempre tão pacífica como agora parece na memória.<sup>4</sup> Em três anos – de 1975 a 1978 – Espanha ganhou uma estrutura política e civil democrática que culminou com a aprovação da Constituição a 6 de Dezembro de 1978. Na realidade, grande parte desta estrutura política e cívica já existia: centrais sindicais, associações de vizinhos (muito poderosas no tardofranquismo) e alguns partidos políticos encontravam-se já ativos. Toda essa atividade, porém, fazia-se num estado de semiclandestinidade,

nalguns casos aproveitando os limites da alegaldade. O novo rumo da situação permitiu apenas que toda essa estrutura aflorasse com uma rapidez que surpreendeu o mundo.

O mesmo aconteceu com o feminismo. Martínez Ten e Gutiérrez López oferecem um resumo muito preciso do que foi o feminismo espanhol dos anos 70:

El movimiento feminista de los 70 no fue mayoritario, y en términos absolutos no se podía ni comparar al movimiento sindical o al estudiantil que también era minoritario. Fragmentario y con estructuras muy laxas e informales, se enfrentó con frecuencia por diferencias, demasiadas veces nominalistas, de acuerdo con la tónica general de la época. Desarrolló un importante activismo, que se reflejó con profusión en los medios de comunicación, como puede comprobarse en las hemerotecas. Se hacía de todo, incluyendo servicios asistenciales como centros clandestinos de planificación familiar o asesorías para asistencia jurídica a las mujeres. (Ten / López 2009: 10)

130>131

Em 1965, foi criado o “Movimiento Democrático de Mujeres”, ligado ao Partido Comunista de Espanha, mais virado para a luta antifranquista e para a defesa dos presos do que propriamente para o feminismo. Viriam depois a “Asociación Democrática de la Mujer” e a “Unión para la Liberación de la Mujer”. Em 1971, a “Asociación de Mujeres Juristas” (em especial as advogadas Maria Telo e Concha Sierra) promoveu a reforma do Direito de Família no Código Civil. A 2 de Maio de 1975 foi abolida<sup>5</sup> a licença marital, que obrigava a mulher casada a pedir a licença do marido para usufruir dos seus bens parafernais, ou seja, para coisas tão simples como assinar um contrato de aluguer, ou aceitar uma propriedade recebida em herança. Em Fevereiro de 1975, os grupos existentes estavam já reunidos em “plataformas” ou conjuntos de associações. E apenas duas semanas após a morte de Franco, a 6, 7 e 8 de Dezembro, celebraram-se as “Primeras Jornadas por la Liberación de la Mujer” no Colegio Montpellier de Madrid, ainda quase na clandestinidade. Em Maio de 1976, tiveram lugar em Barcelona as “Jornades Catalanes de la Dona”.

Em ambas as ocasiões, um dos grandes temas de debate foi a questão da dupla militância das mulheres, na luta político-social global e no feminismo. Mercedes Comabella resume assim os grandes temas de discussão da época:

Aunque la lucha reivindicativa fue en muchos momentos dominante, también hubo tiempo para discutir: el patriarcado, el modo de producción doméstico, la anticoncepción, el aborto, la familia, la maternidad, la sexualidad, lo privado, lo público, el lesbianismo. Las polémicas eran intensas, en ocasiones dogmáticas, todas y todos íbamos aprendiendo la práctica democrática sobre la marcha. En un principio destacaron dos tendencias: feminismo socialista-lucha de clases o feminismo de izquierdas, y feminismo radical; luego emergió el feminismo de la diferencia. (Comabella 2009: 261)

>>

Desse debate surgiu o “Colectivo Feminista”, que defendia a militância única no feminismo. Em Barcelona, este grupo organizou-se em torno da revista *Vindicación Feminista*, talvez a ferramenta de *media* mais importante do período, dirigida por Lidia Falcón.

Pilar Escario assinala o teor fundamentalmente social, a vontade de ser um “movimento de rua”, do feminismo dos anos 70:

Dentro de las actividades no se desechaba ninguna oportunidad de actuar y difundir el mensaje feminista, pero la calle, en aquellos momentos, fue el principal escenario de actuación. La calle tuvo un valor trascendental, como espacio simbólico de libertad, de salir del encierro del hogar, de expresión, de vitalidad y de posesión de un espacio para compartir, reivindicar y también... para disfrutar, ya que además de ácrata o libertaria, la agitación callejera tenía mucho de festivo. (Escario 2009: 216)

Um movimento que se quis também internacional e solidário com as mulheres de outros países, como aponta Mercedes Comabella:

El feminismo en España fue también solidario con las mujeres de otros países, como la campaña que en 1971 organizó el Movimiento Democrático de Mujeres por la libertad de Angela Davis, difundiendo su vida, su personalidad, su compromiso y su lucha por los derechos de la comunidad negra en Estados Unidos; o con las mujeres iraníes cuando en 1979 fueron obligadas a llevar el chador. (Comabella 2009: 260)

Este facto torna ainda mais surpreendente a pouca atenção dada – tendo em conta a proximidade geográfica e cultural do cenário onde se desenvolvia – ao processo das “Três Marias” e a *Novas Cartas Portuguesas*.

132>133

Um terceiro fator de contexto é necessário para situar a tradução espanhola de *Novas Cartas Portuguesas*: a editora que a publicou. Editorial Grijalbo foi fundada no México por Juan Grijalbo (1911-2002), um espanhol republicano exilado a seguir à Guerra Civil, militante do P.S.U.C (Partit Socialista Unificat de Catalunya, partido federado com o Partido Comunista Español) e da central sindical UGT (Unión General de Trabajadores). A editora – que obteve grande sucesso – foi líder no México e teve filiais na Argentina, no Chile e na Colômbia. Publicava textos marxistas, mas também livros técnicos e *best sellers*, como *The Godfather*, de Mario Puzo. Em 1965, Grijalbo voltou definitivamente a Espanha e estabeleceu uma delegação da editora em Barcelona. Durante os anos 70, sob a chancela das Ediciones Junior S.A., publicou grande parte da banda desenhada belga: Astérix, Blueberry, Iznogud, etc.

Parece claro que a publicação de *Novas Cartas Portuguesas* entrava no conjunto daqueles textos “ideológicos” que Juan Grijalbo publicava porque eram do seu interesse pessoal. A proposta de tradução foi encomendada a Eduardo Butragueño – naquela altura, um jovem estudante de Filosofia em Barcelona, hoje professor da mesma Faculdade de Filosofia – por um companheiro do grupo do P.S.U.C., editor na Grijalbo. Como aponta o próprio tradutor no seu depoimento: “As notícias chegadas de Portugal sobre a Revolução de Abril de 1974 e o meu conhe-

cido interesse naquela altura (...) pelos temas literários e históricos do âmbito galaico-português fizeram com que a editora me propusesse traduzir as *Novas Cartas Portuguesas*". Neste caso, pois, cumpriam-se o que Lefevere chama "factores que determinan la imagen de una obra literaria, tal y como la proyecta una traducción (...) la ideología del traductor (ya la asuma voluntariamente ya le venga impuesta como una constrictión por parte de algún tipo de mecenazgo) y la poética dominante en la literatura receptora en el momento en que se hace la traducción" (Lefevere 1997: 59).

>>

## 2. O texto

A tradução espanhola de *Novas Cartas Portuguesas*, um volume de 378 páginas, é composta pelos seguintes elementos: 1. A tradução para espanhol do prefácio à edição norte-americana de *Novas Cartas*, escrito pela tradutora Helen R. Lane. Este texto e o seguinte foram traduzidos para espanhol por Esther Donato. Numa nota de rodapé – "N. de la R." – é explicado quem é Helen R. Lane. 2. Uma "Introducción", que consiste na tradução para espanhol de um texto assinado por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, publicado também na edição norte-americana com o título "Authors' Afterwords". 3. A tradução para espanhol do texto completo de *Novas Cartas Portuguesas*, da autoria de Eduardo Butragueño, que não trabalhou com a edição norte-americana, nem soube que a versão espanhola incorporaria esses textos. 4. Num corpo de letra diferente – a original da edição, porque a tipografia não foi unificada – é reproduzida uma antiga tradução espanhola das cartas de Mariana Alcoforado, de Pedro González Blanco<sup>6</sup> – republicada oportunamente em 1975 –, intitulada *Cartas de amor de la monja portuguesa (por Mariana Alcoforado)*.

O meu propósito nesta segunda parte do artigo é aplicar a esta tradução espanhola de *Novas Cartas Portuguesas* o tipo de

estudo que, segundo o mapa de Holmes (Chaume 2010: 21), é um dos campos da tradutologia aplicada: a análise crítica das traduções. Dada a impossibilidade de analisar o texto completo da tradução<sup>7</sup> num trabalho destas dimensões, selecionei um *corpus* composto por quatro fragmentos de registo linguístico – e literário – muito diverso: “Terceira carta II”, “A Paz”, “Brinco de Freira” e “Monólogo de uma mulher chamada Maria, com a sua patroa”.

“Terceira carta II” é um trecho que tem características de “fala inaugural”, onde é fixado o propósito das autoras e a “gravidade da empresa” (*Novas Cartas*: 29).<sup>8</sup> Contém importantes reflexões auto-poéticas – “Que metáfora nos é Mariana?” (*idem*: 26) – e também referências metaliterárias muito complexas, indecifráveis para um leitor espanhol: “Temos já rido e dito e escrito e partilhado a mesa, o cherne (ó Alexandre, ó nihil), o sempre frango, a rectidão das lulas” (*idem*: 27). O trecho apresenta também neologismos – “intrabraços” como paralelo de “intramuros”, “amazónamos” ou “ascesiando” – e é, no conjunto, muito adequado para uma análise da tradução.

Na tradução espanhola mantém-se o tom lírico e militante do texto. Os neologismos são, porém, levados para um nível mais gramatical. No caso de “amazónamos” (*idem*: 26), este foi substituído por “hicimos amazona de la idea” (*Nuevas cartas*: 43). A expressão – mais “correta” do ponto de vista gramatical – não tem a mesma força, embora mantenha uma parte da provocação. O “intramuros/intrabraços” (*Novas Cartas*: 26) é traduzido como “intramuros/intra-abrazos” (*Nuevas cartas*: 45). O hífen tira-lhe poder neológico, mas obriga também o leitor a estabelecer a analogia. “Ascesiando de quartel e convento” (*Novas Cartas*: 29) passa para “imaginando cuartel o convento” (*Nuevas cartas*: 46), uma forma bem mais neutra. O ponto mais complicado do fragmento é a alusão ao “cherne” de Alexandre O’Neill: “Temos já rido e dito e escrito e partilhado a mesa, o cherne (ó Alexandre, ó nihil) o sempre frango, a rectidão das lulas” (*Novas Cartas*: 27). O parágrafo inclui várias

“armadilhas”: o cherne, o nihil-O’Neill, o “sempre” e a “rectidão” em contextos que requerem ser interpretados, etc. Lemos na versão espanhola: “Ya hemos reído y dicho y escrito y compartido la mesa, el rodaballo (oh Alexandre, oh *nihil*-O’Neil [*sic*]), el infaltable pollo, la crudeza del calamar” (*Nuevas cartas*: 44). O tradutor resolve muito bem a alusão ao poeta, através da quase homofonia com a palavra latina – oh *nihil*-O’Neil – nada fácil, como já foi dito, para um espanhol. Ao introduzir o nome do autor com o recurso ao hífen, um leitor culto imagina tratar-se de um nome ligado à tradição portuguesa e pode, se quiser, iniciar uma pesquisa. É pena o erro na espécie do peixe: cherne é em espanhol “mero”,<sup>9</sup> não “rodaballo” (rodovalho). Seria a alusão ao cherne uma amostra do que Lefevere chamou “taquigrafia das culturas”?:

>>

(...) todas las culturas desarrollan su propia “taquigrafía”, que es lo que realmente son las alusiones. Una palabra o una frase pueden evocar una situación que es simbólica para una emoción o un estado de cosas. El traductor puede transmitir la palabra o la frase y el correspondiente estado de cosas sin demasiados problemas. El nexo entre ambos, que tan unido está a la cultura extranjera, es mucho más difícil de traducir. (Lefevere 1997: 77)

Em princípio não poderia sê-lo, ou sê-lo-ia apenas para um grupo de bons leitores, aplicando-se a ideia de Lefevere mais a expressões do tipo “um jardim à beira mar plantado”. A polémica, porém, que se suscitou nos *media* quando a esposa de um político usou também o “cherné” de O’Neill deixa a questão em aberto. Depois do peixe complicado, o tradutor não teve mais problemas e passou muito bem a estranheza do “sempre frango” para o também estranho – e no mesmo registo – “infaltable pollo”. Não compreendo muito bem, porém, por que a “rectidão” das lulas é traduzida como “crudeza”, sendo “rectitud” perfeitamente viável.

“A Paz” é um texto provocador, muito ofensivo para a

mentalidade patriarcal, porque essa descrição poética e crua de uma masturbação feminina questiona dois pontos fulcrais: a suposta ausência de um desejo feminino autónomo e a necessidade da presença física do macho em qualquer forma de prazer. Da mesma maneira que era muito radical no Portugal de 1974, era-o na Espanha de 1976. Interessava-me ver, em primeiro lugar, se a censura espanhola tinha tido alguma forma de intervenção sobre o texto. Não foi assim, o texto aparece na íntegra e muito bem traduzido, e não apresenta sintomas de autocensura por parte do tradutor. Ao ser um texto sem referências culturais marcadas, nem “armadilhas” linguísticas, o tradutor pode deixar fluir o seu magnífico domínio da língua de destino sem esbarrar com peixes e outras espécies perigosas. Mesmo assim, observa-se uma tendência – constante em todo o volume – para simplificar a linguagem, bem mais barroca e perturbadora no original. Apenas um exemplo, o parágrafo final: “A paz voltou-lhe ao corpo distendido, todavia, como sempre, pronto a reacender-se, caso queira, com o corpo, Mariana, se comprazer ainda” (*Novas Cartas*: 37). Na versão espanhola: “La paz le volvió al cuerpo distendido, pero, como siempre, *dispuesto a volverse a inflamar en cuanto Mariana quiera complacerse todavía*” (*Nuevas cartas*: 55) A parte em itálico tem em espanhol um tom muito mais coloquial do que a construção portuguesa, mais complexa.

“Brinco de Freira” é uma das partes mais difíceis de traduzir do livro. Trecho poético, rimado, cheio de trocadilhos e alusões, de arcaísmos reelaborados, é o pesadelo de um tradutor. Butragueño mantém o ritmo musical do poema e a rima, quando possível – a proximidade entre as duas línguas permite às vezes isso de uma maneira quase direta –, mas encontra escolhos perigosos como o segundo verso: “maria sabe a mar” (*Novas Cartas*: 63), ou seja, “Maria sabe amar” e, ao mesmo tempo, “maria tem o sabor do mar”. A tradução – “maría conoce el mar” (*Nuevas cartas*: 63) – desfaz todo o sentido do verso. Pouco depois, nos três versos que se referem às autoras – “isolla bella (isolda?) e/teresa da mão leda e/fátima da ácida azinheira”

(*Novas Cartas*: 44) –, encontramos o que eu interpreto – talvez com demasiada audácia – como um curioso exemplo do que acontece quando o tradutor vai além do texto: “isola bella (¿isola?) y / teresa (¿leda?) de la mano suave y / fátima de la ácida encina” (*Nuevas cartas*: 44). O arcaísmo “leda” existiu também em espanhol e aparece documentado em poetas castelhanos do século XVI e XVII. O tradutor pensou na hipótese de conservar o arcaísmo. “De la mano leda”, porém, ficava muito distante de um leitor contemporâneo e resolveu “explicar” o termo – “de la mano suave” – ao mesmo tempo que criava um paralelismo de colheita própria com o verso anterior: Isolda complementava-se com Leda, a figura mitológica. “Brinco de monja” é completado com duas notas de rodapé da autoria da editora a explicar que o nome romano de Beja era Pax Iulia, o que explicaria o verso “paz de jus”, e uma outra para esclarecer o que eram as Sesmarias. No último verso, a proximidade das duas línguas, que tanto ajuda às vezes, cria um problema daqueles que não tem solução: o jogo do português “neste sopro de (com) vento airado / dado” (*Novas Cartas*: 45) não pode passar para espanhol – “en este soplo de (con) viento airado / dado” (*Nuevas cartas*: 64) –, porque “vento” é “viento” e o jogo com “convento” perde-se. Um leitor espanhol não reconhece numa primeira leitura – a não ser que esteja muito atento ao contexto conventual – um “convento” nesse “(con) viento”.

Finalmente, “Monólogo de uma mulher chamada Maria, com a sua patroa” levanta problemas completamente diferentes. É um fragmento de linguagem contemporânea e coloquial, própria da fala de uma mulher do povo. Maria é uma mulher maltratada por um marido que voltou “das Áfricas transtornado da cabeça” e que desmaia – coisa que muito a envergonha – à frente da senhora da casa onde “anda a dias. Estes coloquialismos, marcas culturais e rasgos de linguagem feminina, são também um repto para o tradutor. O primeiro problema é a forma “minha senhora”, que não deveria ter passado para espanhol como “mi señora” (*idem*: 189), que tem um tom quase

>>

feudal. Um “señora” teria sido mais equivalente. De facto, mais à frente, o “mi señora” desaparece e é sempre “señora” ou “la señora” o que encontramos. Também não foi reconhecido o valor coloquial de “a gente”, que funciona como “nosotros” e não como “la gente” (as pessoas): “la vida que lleva la gente” (*idem*: 189). As expressões populares como “seu porco – com a licença da senhora – qué do dinheiro prá gente comer?” (*Novas Cartas*: 163) não foram bem compreendidas pelo tradutor: “señor cerdo – con perdón de la señora –, ¿donde está el dinero para comer?” (*Nuevas cartas*: 189). O “seu” deve ser traduzido por “so”, não por esse “señor”, que torna incompreensível o sentido do texto.

### 3. Conclusões

Como conclusão, podemos afirmar que a versão espanhola de *Novas Cartas Portuguesas* é um texto fortemente contextualizado, que deve a sua própria existência à situação política espanhola em 1976 e tem, por isso, um importante interesse histórico e cultural, embora na época o livro não tivesse a difusão que merecia, nem sequer nos meios ligados ao pensamento feminista.

A tradução, obra de juventude de um filósofo, mostra um conhecimento muito aprofundado da língua de destino em todos os seus registos, conhecimento maior que o que tem da língua de origem, especialmente dos seus referentes culturais e dos registos coloquiais.

Em definitivo, pois, a tradução espanhola de *Novas Cartas Portuguesas* merecia melhor sorte da que teve. Talvez seja tempo de pensar numa reedição, que deveria ser necessariamente contextualizada com uma introdução e com o aparato crítico que o texto demanda.

#### **4. Depoimento de Eduardo Butragueño, tradutor de *Novas Cartas Portuguesas* para espanhol. Barcelona, 14 de dezembro de 2011.**

##### **1. Como começou o processo da tradução? Foi uma encomenda ou foi sugestão sua para a editora?**

Foi uma encomenda de Editorial Grijalbo. Naquele tempo, alguns responsáveis da editora e eu coincidíamos na militância; eu, como estudante de Filosofia, e um deles, como professor na Faculdade, na organização universitária do PSUC (*Partit Socialista Unificat de Catalunya*, federado com o Partido Comunista de Espanha). As notícias chegadas de Portugal sobre a Revolução de Abril de 1974 e o meu conhecido interesse naquela altura – posteriormente continuando de forma irregular – pelos temas literários e históricos do âmbito galaico-português, fizeram com que a editora me propusesse traduzir as *Novas Cartas Portuguesas*.

>>

##### **2. Conhecia previamente o texto? Em caso afirmativo, como o conheceu?**

Não; tinha unicamente algumas referências que provinham, em geral, da imprensa e que se referiam principalmente ao processo judicial aberto às suas autoras em Portugal e, provavelmente, referências também relacionadas com o tema histórico de que tratava o texto.

##### **3. Manteve contacto com as autoras durante a tradução?**

Não, nenhum.

##### **4. De quem são as notas da tradução que aparecem como “Nota de la R.”?**

Da equipa editorial. O meu contrato com a editora limitava-se exclusivamente à tradução do texto.

**5. Sabe porque foi usado o prefácio da edição norte-americana?**

Ignoro-o. O meu contato com a editora era Ramón Sol, responsável direto da edição e talvez ele se lembre dos motivos.

**6. Qual foi a edição portuguesa usada como base, a da Futura, 1974?**

Julgo que sim, embora não me lembre exatamente.

**7. Sabe de onde provém a “Introducción” das três Marias que não está na Futura, 1974?**

Não, também o desconheço. Lamento não conservar em meu poder nenhum exemplar da edição espanhola e poder verificar alguns destes pontos. A “Introducción” provirá, provavelmente, de alguma outra versão, ou talvez tenha sido uma encomenda para a edição espanhola.

**8. Qual era o seu conhecimento da língua portuguesa?**

Apesar de a minha língua materna ser o castelhano (a minha mãe, embora sendo de família galega, teve sempre o castelhano como língua familiar e o meu pai era de Toledo) e nessa língua ter feito os meus estudos, por interesse na cultura e língua da Galiza, já tinha nessa época publicado alguns textos em galego, língua que só comecei a usar na universidade – com efeito, completei o curso de Engenharia Técnica Industrial em Vigo – e também em certos círculos mais ou menos politizados comprometidos com o cultivo e a defesa da língua galega, sendo, porém, certo que a conhecia muito bem já desde a infância. Contudo, além do motivo óbvio da proximidade linguística, a minha relação com o português deriva, fundamentalmente, de outra proximidade, a geográfica, mais precisamente Vigo, onde passei a minha infância e grande parte da minha juventude. Desde aí era fácil ir até ao norte de Portugal e vice-versa. Mais ainda: na casa da minha família chegavam, de tempos a tempos, alguma imprensa e revistas portuguesas, como também noutras

línguas, dado que o meu pai era marinheiro mercante e amiúde fazia escala em portos portugueses. Na biblioteca de casa havia ainda livros escritos na sua língua original, o português; lembro-me, em concreto, de *Os Lusíadas*, de Camões, e de alguma outra obra de Castelo Branco ou Eça de Queirós. O meu conhecimento do português, em todo o caso, tinha uma base afetiva e era muito pouco rigoroso de um ponto de vista académico, como continua a sê-lo atualmente.

Naqueles anos da minha primeira juventude, era um grande leitor de Unamuno e lembro-me particularmente da sua obra *Viajes por Portugal y España*, que me influenciou de maneira especial, dando-me uma visão bastante diferente da realidade histórico-cultural de ambos países, diferente da visão legada pela história oficial, de corte nacional-estatalista, muito própria daquela perspectiva fascista que imperava a nível oficial; e aquelas leituras alimentaram em mim uma consciência mais matizada, mais iberista dessa realidade deveras complexa que representa as relações entre os dois países.

Acresce-se, ainda, para explicar o meu interesse pelo português e por tudo o que estava relacionado com Portugal naqueles tempos, a vertente política. Trata-se da inquietude mais ou menos estendida aos membros de uma geração que não tinha vivido a guerra, e que despertava no final dos anos sessenta e setenta dos mitos nacionalistas e anticomunistas que se tinham inculcado a partir do poder político nos dois países e que se tinham apoiado na perseguição e repressão de qualquer forma de dissidência através dos seus aparatos político-administrativos e eclesiásticos. Paradoxalmente, o que nos separava, os motivos que se interpunham entre os cidadãos de um e de outro país, o desejo de preservar oficialmente esses mitos identitários, era o mesmo que, no momento de os combater, nos unia para além das fronteiras políticas e culturais estabelecidas. A Revolução de Abril em Portugal, com a queda do regime salazarista, anunciava o fim de uma época igualmente obscura em Espanha, e teve um valor de símbolo, evidenciando o

>>

que podia e devia ser o destino comum de ambos países, dando alento à esperança de um regime democrático e de justiça social também em Espanha. Infelizmente, sobrevive hoje em dia muita borra, em forma de inércias mentais, de cada lado da fronteira, restos da sua história e do desconhecimento mútuo alimentados, desde o poder das ditaduras e das oligarquias que estas serviam, e que se encontram mais frequentemente em certas camadas da população, sob a forma de preconceitos, incompreensões e desencontros.

142>143

**9. Qual foi o seu método de trabalho? Lembra-se de que dicionários dispunha?**

Frente a frente direto com o texto português e com a máquina de escrever. Algumas consultas feitas a dicionários históricos e a dicionários de língua. Os dicionários que me valeram foram o *Diccionario Cuyás Portugués-Español*, edição de 1966, publicado em Barcelona, e o *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, de Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso, 9.<sup>a</sup> edição, editado pela Editora Civilização Brasileira, S.A., e Companhia Editora Nacional, em São Paulo, em 1957.

**10. Teve à sua disposição as traduções prévias feitas noutras línguas?**

Não, apesar de ter conhecido posteriormente a versão francesa.

**11. A Editora impôs algum critério ou fez alterações?**

Em termos gerais, não. Se bem que depois da entrega, introduziu algumas pequenas modificações no texto da tradução, sem o meu conhecimento, modificações de carácter linguístico e absolutamente inapropriadas, por tratar-se de variantes do castelhano vulgar falado na Catalunha.

**12. Que dificuldades concretas da tradução recorda?**

Conservar o tom alusivo e evanescente do texto, profunda e contidamente sentimental, que lhe confere um carácter particu-

lar, muito de acordo com as cartas de Mariana Alcoforado sobre as quais estão baseadas estas novas cartas, e ao qual tentei ser o mais fiel possível.

**13. Tem alguma notícia relativamente à repercussão da sua tradução?**

Não, nenhuma. Penso que, infelizmente, a publicação destas novas cartas não teve, naquela época, a repercussão que o tema subjacente e o valor literário mereciam e ainda hoje merecem. Provavelmente, tal estará relacionado com as dificuldades que encontram, ainda hoje em Espanha, e ainda mais naqueles anos, a difusão e o interesse pela língua e cultura portuguesas, devido, em grande parte, à subsistência de alguns preconceitos e mitos a que aludia mais acima. Parece-me que estas *Novas Cartas* merecem um lugar de destaque na história da literatura portuguesa da segunda metade do século XX. <<

>>

## NOTAS

---

[1] Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto “Novas Cartas Portuguesas 40 Anos Depois” (PTDC/CLE-LLI/110473/2009).

[2] Embora no cólofon do volume apareça como data do *copyright* 1976, o “Depósito legal” é de 1975. A tradução foi entregue à editora na segunda metade de 1975 e distribuída em Janeiro de 1976. No mesmo ano, publicou-se uma outra edição na coleção de livro de bolso da editora. Contém os mesmos elementos.

[3] A 27 de setembro de 1975 foram executados em Madrid, Barcelona e Burgos os militantes do FRAP (*Frente Revolucionario Antifascista y Patriota*, uma cisão radical do Partido Comunista) José Humberto Baena, José Luis Sánchez Bravo e Ramón García Sanz, junto com os militantes da ETA Juan Paredes Manot (Txiki) e Ángel Otaegui.

[4] O “Atentado de Atocha” foi um dos factos mais graves e mais representativos das tensões ainda presentes na “Transición”. Na noite de 24 de Janeiro de 1977, cinco advogados sindicalistas foram assassinados no seu próprio gabinete jurídico por um grupo da Ultradireita que entrou disparando e atingiu nove pessoas, fazendo cinco mortos e quatro feridos. Os quatro autores do atentado foram condenados em 1980. Este atentado comoveu a opinião pública e influiu na decisão de Adolfo Suárez de legalizar o Partido Comunista em Abril do mesmo ano.

[5] Tinha sido modificada já nalguns aspectos a 22 de Julho de 1972.

[6] Pedro González-Blanco (1879-1961) foi um importante tradutor espanhol. Entre outras obras, traduziu, em 1900, *A Ilustre Casa de Ramires*. Exilado no México, conheceu provavelmente Juan Grijalbo. Em 1975, a editora Grijalbo publicou as *Cartas de amor de la monja portuguesa* com o prefácio do próprio González-Blanco num volumezinho de 94 páginas. Esta tradução, sem o prefácio, mas com o mesmo tipo e tamanho de letra, foi incorporada em *Nuevas cartas portuguesas*.

[7] É preciso frisar, porém, que nenhum trecho do livro foi retirado da versão espanhola, nem houve intervenção da censura, que estava naquela altura quase a desaparecer, embora a liberdade de imprensa não tivesse sido legalmente estabelecida até 1977.

[8] Cito a partir do título e não a partir do nome das autoras de forma a facilitar o trânsito rápido do texto-base à tradução. No caso português, utilizo a Edição Anotada de *Novas Cartas Portuguesas*, publicada pela Dom Quixote, em 2010, e, no caso espanhol, sirvo-me da tradução de Eduardo Butragueño, *Nuevas cartas portuguesas*, publicada em 1976, na Editorial Grijalbo. Futuras referências a estes dois textos aparecerão no corpo do texto, entre parênteses, assinaladas como *Novas Cartas* e *Nuevas cartas*, respectivamente.

[9] No espanhol das Ilhas Canárias usa-se também a forma “cherne”.

---

## BIBLIOGRAFIA ∨

Barreno, Maria Isabel / Maria Teresa Horta / Maria Velho da Costa (1976), *Nuevas cartas portuguesas*, trad. Eduardo Butragueño, Barcelona, Editorial Grijalbo.

-- (2010). *Novas Cartas Portuguesas*, Edição Anotada, org. Ana Luísa Amaral, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Comabella, M. (2009), "Movimiento Democrático de Mujeres", in C. Martínez Ten, P. Gutiérrez López & P. González Ruiz (eds.), *El movimiento feminista en España en los años 70*, Madrid, Cátedra, Universitat de València, Instituto de la Mujer: 247-266.

Chaume, F. / C. García del Toro (2010), *Teories actuals de la traductologia*, Alzira, Edicions Bromera. >>

Escario, P. (2009), "Lo personal es político", in C. Martínez Ten, P. Gutiérrez López & P. González Ruiz (eds.), *El movimiento feminista en España en los años 70*, Madrid, Cátedra, Universitat de València, Instituto de la Mujer: 213-218.

Lefevere, A. (1997), *Traducción, reescritura y la manipulación del canon literario*, Salamanca, Ediciones Colegio de España, Col. Biblioteca de Traducción.

Martínez Ten, C. / P. Gutiérrez López (2009), "Prólogo", in C. Martínez Ten, P. Gutiérrez López & P. González Ruiz (eds.), *El movimiento feminista en España en los años 70*, Madrid, Cátedra, Universitat de València, Instituto de la Mujer: 7-15.